

30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Entrevista com Irene Rizzini

Téssia Gomes Carneiro

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

Valéria da Silva Medeiros

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

Braz Batista Vas

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

Nós, pesquisadores da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), tivemos o privilégio de entrevistar a professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Irene Rizzini. O estudo em campo sobre a criança, o adolescente e o jovem brasileiro, em suas diversidades, pauta as reflexões da fundadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), que, associado à PUC-Rio, desenvolve pesquisas e projetos sociais no âmbito dos direitos da população infantil e juvenil e da proteção integral.

Rizzini é socióloga, doutora pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), mestre em serviço social pela Universidade de Chicago e graduada em psicologia pela Universidade Santa Úrsula (USU). Ela é conhecida no Brasil e no exterior por seus estudos na área dos direitos humanos e desenvolve pesquisas para subsidiar políticas sociais e políticas públicas dirigidas à população infantil e juvenil. É referência na questão social, sobretudo no cenário de emergência de conflitos sociais em que processos de vulnerabilização se acentuam. Seu engajamento científico e a qualidade de seus textos podem ser observados em suas várias obras, entre elas *O século perdido* (2011[1995]) e *Crianças e adolescentes em conexão com a rua: Pesquisas e políticas públicas* (2019).

Na conversa a seguir, realizada em 9 de julho de 2020, no mês de aniversário dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a entrevistada compartilhou sua experiência e trajetória acadêmica como pesquisadora comprometida com a promoção e a defesa dos direitos do público infantojuvenil. Tratou da mudança de paradigma no âmbito infantojuvenil brasileiro e discorreu sobre a perspectiva histórica para a compreensão dos processos de vulnerabilização. O risco de redução da maioria penal também foi destacado, ao lado da aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto e da articulação intersetorial. A pobreza, a voz daqueles frequentemente invisibilizados e a participação popular foram lembrados ao discorrer sobre a ampliação de oportunidades equitativas por meio da execução de políticas públicas e sociais.

Irene, você é socióloga, professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro [PUC-Rio] e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância [Ciespi]. Poderia nos contar um pouco sobre a sua história acadêmica?

Pois não, com o maior prazer. Eu comecei minha trajetória acadêmica muito, muito jovem. São mais de quatro décadas que eu sou professora universitária. Acho que eu já nasci com essa vocação, mas antes de entrar no universo acadêmico eu já tinha uma trajetória de militância, desde a adolescência, com crianças e adolescentes e instituições fechadas, naquelas que eram na época, ainda nos anos 1970, muito invisíveis. Não se falava sobre isso, em plena ditadura. Então eu tive a oportunidade de me aproximar desse campo e fui aprendendo muito jovem que as crianças que lá estavam não eram órfãs, embora elas soubessem que estavam em um orfanato... Então vinham crescendo com uma identidade de orfandade sem o serem. Tinham famílias, lembravam das famílias, e muito do ideário da própria instituição para facilitar a vida deles [*dos funcionários*] era evitar o contato com a família. E isso me tocava muito. Eu achava realmente um absurdo! Me passava muita indignação, e eu segui minha trajetória acadêmica pesquisando esse campo.

Eu comecei com a psicologia, depois parti para a sociologia, mais porque talvez até mesmo na época de ditadura a psicologia era um campo mais aberto do que a sociologia, a filosofia... As ciências sociais foram campos muitos perseguidos. E aí eu tomei essa decisão mesmo de que o meu lugar de trabalho e de participação social seria por meio da academia. Eu começo como professora de psicologia do desenvolvimento, já que me interessava muito pelo desenvolvimento infantil. É, eu acho que a minha primeira meta foi estudar a criança brasileira, porque na psicologia do desenvolvimento nós só trabalhávamos com autores internacionais, e aquilo é muito interessante, mas eu falava: “E as crianças brasileiras?! Elas não cabem necessariamente nesses perfis de crianças com esses autores”. Talvez as crianças de classe média, classe média alta, brancas, nas zonas ricas das cidades, onde elas já nascem com direitos praticamente assegurados, com acesso à educação de qualidade. Agora, a grande maioria da população brasileira não se encaixa nesse perfil. O quê que a gente tinha a dizer delas a partir dessa literatura? Muito pouco. Então eu já instituía desde o início pros meus alunos ir pra campo, descrever a criança brasileira na rua, na creche, no orfanato, onde fosse. E isso foi muito importante também para a minha própria trajetória, de ver o interesse dos alunos, né, [*de ver eles*] pesquisarem, fotografarem, filmarem essas crianças nessa diversidade das infâncias brasileiras. E nós começávamos a discutir [*Jean*] Piaget, René Spitz e outros autores, [*Donald Woods*] Winnicott, a partir da criança brasileira.

Assim começou minha trajetória acadêmica. Depois eu tive a oportunidade de fazer o mestrado na Universidade de Chicago, onde eu entrei mais na área de pesquisa e políticas públicas... então [*entrei*] no campo mais das ciências sociais e do serviço social. E, ao retornar ao Brasil, eu fundei o primeiro centro de pesquisa, ainda na Universidade Santa Úrsula, em 1984. E depois daí, em 2002 a

PUC me convida; eu parto pra lá [e] é onde estou até hoje. E trouxemos o centro, fizemos com que o centro de pesquisas se tornasse internacional porque já vinha trabalhando com um grande número de países. E de lá [do Ciespi] nós vamos trabalhando de forma bastante interdisciplinar, transdisciplinar, as questões relacionadas às múltiplas infâncias no Brasil.

Como e quando a temática da juventude passa a ser objeto de interesse na sua trajetória de estudos?

Eu acho que desde que eu me entendo por gente. Eu era quase criança. Então eu trago isso pra universidade, eu trago isso pros vários campos onde eu atuei, e começo a não só a trabalhar com a ideia da criança com as infâncias no Brasil e as infâncias de outras partes do mundo, mas também de aproximar a pesquisa ao campo da ação, que é a formação de estudantes e profissionais, no intuito mesmo de que a pesquisa servisse pra subsidiar os múltiplos campos onde no final da linha está a criança — a criança no seu contexto familiar e comunitário. São as pessoas que precisam dessas informações e que muitas vezes no universo acadêmico não chega lá. Não estou dizendo toda a parte necessária da formação dentro da universidade de forma bastante interdisciplinar, mas temos a preocupação de informar a mídia, de informar as lideranças comunitárias, entre outros atores. As instituições que atuam, por exemplo, com pais e responsáveis, todos os profissionais que estão na linha de frente que trabalham com a criança, o adolescente e o jovem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe em seu corpo legal [o princípio d]aproteção prioritária e integral, numa superação da doutrina da situação irregular. Em seu ponto de vista, quais são as principais dificuldades enfrentadas para a efetivação da mudança de paradigma no âmbito infanto-juvenil brasileiro?

Certo. Bom, primeiro, é [importante] dizer que a mudança de paradigma nos anos 1980, com a Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de fato constituiu uma mudança revolucionária. Eu participei dessa passagem. Eu já estava muito ativa, nacional e internacionalmente, nessa época. Embora a criação do Centro [Ciespi] fosse recente, eu já tinha mais de dez anos como professora universitária e fui muito ativa nas discussões do Estatuto, da Constituição Federal e também em outros espaços, como o Fórum de Direitos da Criança. Eu já estava bastante interconectada, nacional e internacionalmente, e essa passagem significou uma mudança de conceptualização, mas também de postura, que foi fundamental. Tudo isso está bem registrado na minha produção acadêmica; eu diria, sobretudo, no livro *O século perdido*[2011(1995)], [em] *A arte de governar crianças*[2011(1997)], escrito com Francisco Pilotti e

agora, mais recentemente, [n]o livro em que eu discuto a população infantil e juvenil em conexão com a rua, *Crianças e adolescentes em conexão com a rua: Pesquisas e políticas públicas*[2019]— porque aí eu faço uma retrospectiva de 40 anos olhando pra população em conexão com a rua, porque essa população, ou essa parcela da população, foi muito importante! É, [foi muito importante] na própria atuação política, na passagem do Estatuto quando foi necessário se ter forte mobilização política pra que o Código de Menores fosse substituído pelo Estatuto.

Eu acho que de primeira, assim, algo extremamente marcante é que a criança passa a ser sujeito de direitos. A criança e o adolescente [passam a ser vistos] como prioridade nacional, [algo] realmente inédito e superimportante. A mudança de paradigma pra ideia mesmo de proteção integral e o desenvolvimento integral da criança, e toda a mudança institucional que foi necessário fazer a partir daí, dando conta de fechar as portas das instituições totais. Nos orfanatos onde eu comecei a atuar, eu participei desse processo intensamente, de uma institucionalidade que usasse como referência os direitos das crianças e dos adolescentes. E toda uma ideia de que não eram “menores”, né? A discussão muito forte em torno da ideia do menor abandonado e delinquente, muito presente na legislação anterior e depois com a ideia da criança em situação irregular, do menor em situação irregular. Todo o questionamento disso eu tive a oportunidade de pesquisar muito, de discutir e depois divulgar nacional e internacionalmente, podendo contribuir pra mudanças significativas sobre a concepção de infâncias, mas também de todo o atendimento no campo das políticas públicas.

É, [as] dificuldades são muitas porque a lei não muda tudo, né? A lei, assim como a Constituição Federal, vem como um guia de mudanças de paradigmas, com recomendações e princípios e diretrizes. O fundamental será a implementação disso e esse processo é extremamente difícil. No Brasil é particularmente difícil porque — e aí já respondendo as limitações da legislação e das políticas públicas — nós temos uma história, uma história muito enraizada de um assistencialismo, de um tutelamento da população pobre. Então quando você tem, por exemplo, um programa importante como o Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda cujo objetivo é diminuir a pobreza, é possibilitar que famílias tenham outros acessos e que as crianças possam não estar num trabalho infantil, possam estar na escola, enfim, aí vai se chamar de uma bolsa, quando na verdade é um direito do cidadão.

Então [há] essa dificuldade da possibilidade de olhar para a política pública como um direito dos cidadãos, da educação de qualidade, da moradia, das condições dignas de vida, que são aspectos fundamentais, obviamente, para que as famílias possam prover o que é necessário para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. E uma das grandes barreiras em nosso país tem a ver com uma cultura de não implementação, [com] o fato de termos muitas leis e políticas, mas de não conseguir[mos] implementá-las e orçar as prioridades e fazer com que elas funcionem, monitorando esses processos. E temos também a prática de que esse campo todo fica na mão da

política partidária. Então o partido tá ali, o partido sai ou Fulano/Fulana que são daquele partido, e aí parece que não se sustenta a continuidade dos programas e das ações que foram desenhados. Toda aquela discussão da crítica às políticas de governo, ao invés de políticas de Estado, e que deveria ter sua continuidade avaliada sistematicamente para que elas possam continuar se estiverem dando certo.

Então essas são talvez as principais barreiras que nós encontramos. E uma das mudanças mais importantes que o Estatuto vai trazer se refere à Constituição Federal, com novos paradigmas de direitos que lev[aram] a uma mudança na institucionalidade de múltiplos processos, onde a participação popular passa a ser incentivada. Então os conselhos de direito, a paridade dos conselhos, os conselhos deliberativos são questões muito novas, tão novas que nós também tivemos muitas dificuldades pra implementar. Então certamente há equívocos, e fomos aprendendo melhor a ideia dos conselhos. Para isso, a experiência prática dos conselhos foi fundamental. E aí nós vamos vendo que também esse campo fica muito sob o domínio da política partidária intervindo nesses espaços, como aconteceu no final de 2019, quando o presidente da República simplesmente cassa os direitos de atuação dos conselheiros legitimamente eleitos para o [*Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*] Conanda, e agora ele vem funcionando de forma bastante frágil com uma liminar. Mas esse é um exemplo de algo muito importante que aconteceu no país e que vem sendo, não por acaso, objeto de muita resistência.

Irene, qual a influência do percurso histórico na reflexão sobre o descumprimento e as violações aos direitos das crianças e adolescentes no Brasil?

Bom, eu falei um pouco sobre as raízes históricas de uma cultura que funciona de cima para baixo de uma forma autoritária. Muitos governos de direita, governos autoritários, um histórico de repressão... Nós temos uma trajetória política, histórica, que possibilita, ainda, [*a concentração d*]o poder nas mãos de certas famílias, e estamos vivendo isso na pele até hoje! Acho que a história, ela é fundamental para que a gente possa compreender o presente. Foi por isso que eu dediquei muitos anos ao estudo da história da legislação e da assistência à infância, e que eu acho que está melhor retratada no livro *O século perdido*. Nesse livro, [*eu*] trabalho com a passagem sobretudo do século XIX para o século XX, contando como [*se desenvolveu*] a ideia da importância da criança, vista como “futuro da nação”, e o significado disso para a construção nacional do país. E essa compreensão vai trazer muitas consequências importantes, sobretudo no início do século XX, com o exercício da construção de uma legislação específica para essa população que não existia antes [*e*] que vai resultar no Código de Menores, no Código de Melo Mattos de 1927.

É a primeira legislação especificamente voltada para a população de crianças e adolescentes, na época, sem problematização alguma, denominada de “menores”. Na época era um grande avanço,

porque não existia nenhuma regulamentação específica pra essa população, só que [*a legislação era*] muito focada na concepção de “o menor abandonado e delinquente”. Eram menores aqueles com características específicas de pobreza, de serem em sua maioria negros, vivendo nas periferias das cidades ou nas zonas rurais muito empobrecidas — aí se incluindo outros grupos, como conhecem, as populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas. Então a ideia era conhecer a história desse segmento da população, visto como alvo da legislação na época. E a história da assistência nos trouxe muitos elementos importantes para compreender justamente os gargalos onde não se conseguiu avançar, o que denominamos de raízes históricas das políticas públicas. Mas se consegue também perceber os vários avanços que aconteceram ao longo das décadas, principalmente nas últimas três décadas, após a aprovação do ECA e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.

E como você vê o debate da redução da maioria penal no Brasil, quando a predominância de adolescentes internados em cumprimento de medida socioeducativa se compõe de pardos e negros, de origem pobre e com baixa escolaridade?

Nós publicamos muito sobre isso e volta e meia temos que voltar e discutir, principalmente com a mídia e com vários grupos que divulgam informações equivocadas. A questão dos adolescentes que hoje chamamos de adolescentes autores de atos infracionais é uma questão complicada no mundo inteiro. São pouquíssimos países que conseguem lidar de forma mais humanizada com a sua população que comete algum tipo de crime ou infração, sobretudo ainda na infância ou na adolescência ou na juventude. Sem dúvida, é preciso um investimento grande. É quase um atendimento mais individualizado e nosso país nunca conseguiu realizar isso. Então é uma questão delicada e, por mais que nós tenhamos uma legislação e uma política do [*Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*] Sinase muito clara, calcada na ideia de direitos dessa população, na prática não conseguimos prover cuidado humano como se espera essa população. Vemos que as instituições são absolutamente inadequadas e na sua própria constituição são como prisões onde se humilha, onde se violenta esse adolescente. Nós não conseguimos de fato avançar!

Então como fazer a defesa da redução da maioria penal? Em primeiro lugar, está mais que comprovado que o encarceramento não reabilita e nem reeduca ninguém, muito pelo contrário. Segundo, é extremamente oneroso manter essa população encarcerada, além de ser um imenso investimento. Se esse investimento fosse adequadamente utilizado nas políticas básicas, sobretudo na primeira infância, na gestação e nos primeiros anos de vida, nós teríamos uma redução dessa população. Se as famílias tivessem apoio, melhores condições pra educar seus filhos. Então nós produzimos uma máquina que acaba prejudicando a situação muitas vezes já dramática de adolescentes que estão perdidos, que não sabem pra onde ir, não tiveram acesso à educação de

qualidade, que se sentem discriminados. São muito fortemente expostos à violência e [a] múltiplas violações de direitos. Então o que esperar?! Mesmo assim, nós temos uma estatística que mostra claramente que a grande maioria comete menos de 1% dos crimes considerados graves. Então a proposta é encarcerar aos 14, 15, 16 anos? Vamos aumentar o tempo de internação para quê? O que eles precisam é [de] um atendimento adequado, que leve em conta as violações de direitos que já vivenciaram. Não, não só da assistência! Um atendimento também de saúde, da saúde mental, sobretudo, um suporte psicológico que esses meninos e meninas precisariam. Então, por isso, o discurso sobre a redução da maioridade penal é extremamente equivocado. Isso não resolverá, mas agravará o problema; e nem modificará o número de casos também. Então é uma dessas medidas imediatistas que continuam tramitando e esperamos que não leve a lugar nenhum.

Fale sobre o livro *Adolescência, direito e medidas socioeducativas em meio aberto* [2019, escrito com Aldaíza Sposati e Antonio Carlos de Oliveira] e a cultura punitiva em que estamos inseridos.

É, a cultura punitiva, ela é bem relacionada ao que nós acabamos de falar sobre defender a redução da maioridade penal e permitir que adolescentes que cometeram atos infracionais sejam tão maltratados — a perseguição aos adolescentes, sobretudo negros e pobres. Há um alto índice de homicídios, agressões e mortes violentas dessa população. Eles são na verdade as vítimas disso aí! As estatísticas são claríssimas, mas isso não convém, por isso é importante discutir muito. O livro que publicamos vai tratar da população em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. A ideia toda da socioeducação é muito interessante, se ela fosse posta em prática, [por] que é diferente da antiga ideia de reabilitação, de reeducação do passado, mas transvestida na ideia de educação e possibilidade de inclusão social.

Voltamos ao velho problema da cultura da não implementação das leis e políticas— problema também da qualificação e das condições de trabalho dos profissionais que não recebem o treinamento adequado. Talvez as seleções sejam equivocadas. Que pessoas podem trabalhar com essa população? Os profissionais deveriam ter um preparo especial, uma formação muito cuidadosa e um acompanhamento contínuo, porque o que se passa é que esses adolescentes vêm com uma história de vida de muitas rupturas, de muitas perdas, de muito sofrimento, abandonos, frustrações e muita violência. Eles aprenderam isso, viveram isso, né? E quando eles chegam no sistema socioeducativo, [aquele] deveria ser um espaço onde eles pudessem encontrar outros referenciais. Essa é a ideia da socioeducação, sobretudo pensando no meio aberto, ou seja, para todos aqueles que não cometeram atos infracionais que demandariam a internação.

O adolescente nessa situação está precisando de ajuda e os pais muito frequentemente estão precisando de orientação, pois podem estar perdidos também. Então esse é o momento de ter um

equipamento onde eles possam ser recebidos, ouvidos, onde possam ser orientados. Onde possam ter uma segunda chance, como muitos deles dizem: “Eu preciso de uma segunda chance! Eu errei! Eu não quero isso! Não é isso que eu quero pra minha vida!”. Mas a falta de oportunidades é tão forte que eles acabam ficando muitos sozinhos, e aí as histórias vão se tornando mais complexas à medida que eles estão chegando à maioridade. O livro *Adolescência, direito e medidas socioeducativas em meio aberto* resultou de um projeto que a gente desenvolveu no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, com apoio do [Ministério da Educação] MEC. E nós fomos chamados a participar, eu e o professor Antonio Carlos de Oliveira, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, e aí convidamos a professora Aldaíza Sposati, da PUC de São Paulo, porque ela tem uma experiência incrível nesse assunto. Juntos fomos discutindo sobre o conceito de adolescências, tendo em vista as especificidades dos e das adolescentes que acabam no sistema socioeducativo em meio aberto.

E, por último, conte-nos se há novos livros e/ou projetos vindo por aí.

Então, no ano passado, além desse livro sobre medidas socioeducativas, eu resolvi fazer uma retrospectiva das minhas quatro décadas de atuação junto à população em conexão com a rua. Essa publicação foi parte de um projeto de pesquisa com apoio da [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro] Faperj. A ideia da conexão com a rua se contrapõe ao uso do termo “meninos de rua”, porque não são de rua, ninguém é de rua, né? Parti da análise de suas trajetórias da casa para as ruas e [delas] para as instituições que deveriam protegê-los. Então é uma discussão com foco sobre toda essa população de crianças e adolescentes que não podem estar acolhidos na sua própria família ou comunidade por algum motivo. Os principais motivos são muito relacionados à pobreza. Por mais que o Estatuto tenha regulamentado que a pobreza não deveria ser, não pode ser, o único motivo para institucionalizar, para afastar uma criança da família, muitas vezes ela é o principal motivo! Porque associado à pobreza está o fato de a casa estar vazia, de que os pais têm que trabalhar, de que muitas vezes não tem ninguém para cuidar daquelas crianças, acompanhá-las, levá-las para a escola, perguntar se fez o dever de casa, [perguntar] “como foi o seu dia na escola?”, “você comeu alguma coisa?”.

O fenômeno da casa vazia, discutido por [Arno] Vogel e [Marco Antonio] Mello lá nos anos 1980, no livro *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80* [1991, organizado por Ayrton Fausto e Ruben Cervini], aborda justamente essa conexão com a rua para mostrar o que acontece com a maioria dessas crianças e desses adolescentes que acabam saindo por motivos de pobreza e violências múltiplas ou sendo invisíveis onde estão. Tanto faz estar aqui ou estar na rua! Muitos deles nos têm dito isso ao longo dos anos: “Ir para casa pra quê? Ninguém está lá pra notar se eu estou lá ou não estou lá!”. E eles vão encontrando coisas na rua que inicialmente toda criança gosta,

né? Não tem hora pra estudar! Não tem ninguém mandando fazer isso! Não tem que arrumar aquilo! Não tem que obedecer a ninguém! Não tem que ir pra escola! Muitas crianças, se tivessem essa opção [riso] iriam dizer: “Ah, eu vou pra rua, eu vou brincar! Vou lá pro parque, não vou pra escola!”.

Ao analisar essas as trajetórias de vida dessa população, fui aprendendo muita coisa. Pude compreender os motivos de tanta vulnerabilidade, a vida e a passagem pelas ruas, as pessoas que encontram, como eles vão criando muitas vezes com o tempo uma cultura própria da rua e vão se sentindo mais em casa na rua do que em casa. Inclusive, produzimos um vídeo com esse título: “Quando a casa é a rua”. Porque os meninos diziam: “A gente com o tempo vai se acostumando mais na rua, e a rua é mais confortável do que a casa. A gente conhece melhor as regras da rua do que da própria casa”. No livro analiso também o que acontece no campo das políticas públicas a partir dos relatos dos meninos e meninas em situação de rua. Que instituições deram algum tipo de apoio para eles? As várias que não ofereceram coisa nenhuma e [onde os meninos e meninas], ao contrário, foram humilhados e maltratados; a ideia de proteção e segurança completamente distorcida daquilo que a gente pensa. “Eu me sinto mais seguro debaixo da ponte! Na rua somos perseguidos pela polícia, pelos agentes de segurança pública, pelos adultos que acham que somos bandidos!”. É muito triste o que acontece nas ruas, embora alguns se salvem de situações de muita violência ao saírem de casa.

E, ao mesmo tempo, esse exercício nos permite analisar o que poderia ser feito para evitar que as crianças entrassem numa trajetória de longa data ou nas ruas ou em instituições. Então quero dizer que continuo trabalhando com esse tema, tendo recentemente coordenado uma pesquisa inédita em âmbito nacional, incluindo as 17 cidades com mais de um milhão de habitantes [BRASIL, 2017]. Tenho trabalhado também internacionalmente com temas ligados aos primeiros anos de vida, ou seja, a primeira infância. Eu acho que olhar a criança que cresce em contextos de muita pobreza, nas favelas, por exemplo, nos primeiros anos de vida, tem nos ajudado a refletir sobre o que pode ser feito para evitar que as crianças tenham oportunidades tão desiguais em relação, por exemplo, às crianças de classe média. E [a refletir sobre] o que pode ser feito em nível da comunidade para que elas tenham melhores chances de acesso e recursos pro seu desenvolvimento integral.

Com a equipe de pesquisa do Ciespi/PUC-Rio venho trabalhando com vários países, olhando contextos diferentes, como na Palestina, África do Sul e Essuatíni, em parceria com a Universidade de Edimburgo. Além disso, continuamos trabalhando com crianças, adolescentes e jovens em outras situações de extrema vulnerabilidade. Recentemente, voltei a trabalhar com foco no tema da participação social, principalmente [com] adolescentes e jovens atuando em espaços públicos de tomada de decisão sobre suas vidas e sobre os direitos de crianças e adolescentes. Eu venho acompanhando um grupo de Volta Redonda [RJ] no Conselho Municipal de lá, que conseguiu mudar a legislação e tem elegido os conselheiros adolescentes há vários anos. Venho estudando os processos de participação e o que mudou a partir da presença de adolescentes no Conselho.

Penso que neste momento, em que nós vivemos tantas ideologias e práticas avessas aos direitos humanos, tantos desmontes das conquistas realizadas nos espaços participativos, trabalhar com os adolescentes e jovens é fundamental como uma contribuição à sua formação enquanto cidadãos atuando em espaços públicos, nas atuações políticas e coletivas. Acho que essa oportunidade de formação pra eles, ainda tão jovens, é extremamente rica para toda a sua vida. Entendo que é também um ato de resistência, um antídoto a práticas repressivas à onda punitiva, como diria [Loïc]Wacquant (1999) às ideologias da direita, da extrema direita, às ditaduras. Uma oportunidade para viver uma experiência de coletividade, de ação articulada com outros, de lutas e militância para provocar mudanças e impactar as políticas públicas. E isso [*esses adolescentes e jovens*] vão levar para toda a sua vida. Então tem sido muito lindo esse trabalho, nessa fase também final da minha carreira, pois em mais uns anos eu me aposentarei. Vejo assim como um legado que fica para a população mais jovem. É muito especial.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- BRASIL. **Edital de Chamamento Público Conanda 001/2017**: Conhecer para cuidar. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), 2017. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/media/Projetos/Em%20andamento/Conhecer%20p%20cuidar_Acoes2018.pdf
- RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIZZINI, Irene. **Crianças e adolescentes em conexão com a rua**: Pesquisas e políticas públicas. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2019.
- RIZZINI, Irene; SPOSATI, Aldaíza; OLIVEIRA, Antonio Carlos de. **Adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto**. São Paulo: Cortez, 2019.
- VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio S. “Da casa à rua: A cidade como fascínio e descaminho”. *In*: FAUSTO, Ayton; CERVINI, Ruben (orgs). **O trabalho e a rua**: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991, pp.133-150.
- WACQUANT, Loïc. “A criminalização da pobreza”. **Mais Humana**, Entrevista, dezembro de 1999.

TÉSSIA GOMES CARNEIRO

(tessia.gomes@uft.edu.br) é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT, Araguaína, Brasil). É mestre pelo Programa de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPJDH) da Universidade Federal do Tocantins (UFT, Palmas, Brasil), especializada em direito penal pela Universidade Federal de Goiás (UFG, Goiânia, Brasil) e graduada em direito pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo, Goiânia, Brasil). É defensora pública no estado do Tocantins.

 <https://orcid.org/0000-0002-6481-1430>

VALÉRIA DA SILVA MEDEIROS

(medeiros.vs@hotmail.com) é professora adjunta do curso de graduação e do Programa de Pós-

Graduação em Letras (PPGLetras) da UFNT e professora visitante sênior Capesda National University of Ireland (Nuig, Galway, Irlanda). É pesquisadora associada da Cátedra Unesco de Leitura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Brasil). Tem doutorado em Estudos da Literatura pela PUC-Rio e graduação em letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj, Brasil).

 <https://orcid.org/0000-0001-8289-9715>

BRAZ BATISTA VAS (brazbv@gmail.com) é professor associado da UFNT. É doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual Paulista (Unesp, Franca, Brasil), e tem graduação em história pela mesma universidade.

 <https://orcid.org/0000-0003-0880-9712>

Recebido em: 26/08/2020
Aprovado em: 01/12/2020